



A autorização para invadir o terreno já virou jogo de interesses de políticos

# Posseiros esperam solução para ocupação de Aribiri

Intimados na segunda-feira a desmancharem seus barracos no prazo de 24 horas por um oficial de Justiça identificado como Júlio Freitas Xavier, os invasores de um mangue no final do bairro Aribiri, em Vila Velha, esperaram durante toda a manhã de ontem pelos prometidos 30 policiais que iriam quebrar os barracos, caso ainda estivessem no local.

Felizmente, segundo eles, a espera foi em vão. Ainda receosos, os invasores afirmaram que estão tomando todas as providências para permanecer em Aribiri. Ainda ontem, às 14 horas, uma comissão iria ao Fórum de Vila Velha comprovar se o documento lido por Júlio Freitas Xavier, anteontem, —ele se negou a mostrá-los aos invasores — tinha respaldo judicial.

O mangue invadido estaria sendo requerido pela família Vereza, que não foi encontrada por telefone. Em meio à ameaça de despejo, as 200 famílias têm como garantia as multas que já pagaram à Marinha, entre Cr\$ 7 mil e Cr\$ 10 mil e à Prefeitura de Vila Velha — entre Cr\$ 2,3 mil e Cr\$ 4,5 mil.

Mais que uma propriedade invadida — ainda não totalmente comprovada como sua pela família Vereza —, o terreno ocupado em Aribiri está dando margem a interesses políticos. As visitas de candidatos eleitos em 15 de novembro, como a deputada federal Mirtes Bevilacqua, não podem nem ser enquadradas nesta classificação, quando comparadas à tentativa do prefeito de Vila Velha, Gottfrio Anders, conforme relato de Waldemar Francisco da Silva, um dos invasores:

“O Gottfrio veio aqui, há 30 dias, e pediu que uma comissão de três pessoas fosse à Prefeitura. Fomos eu, e dona Maria Campista e mais um. Lá, ele tentou nos obrigar a assinar um documento afirmando que quem mandou que invadissemos os 150 lotes foi o Vasquinho (Vasco Alves Oliveira, prefeito eleito que derrotou Ubaldo Queiroz,

candidato de Gottfrio, todos do PMDB)”.

O atual prefeito de Vila Velha, segundo Waldemar, ameaçou os invasores de despejo, caso não assinassem. Contudo, não obteve êxito: “Não assinamos, e não deu nada. Não iríamos fazer uma deslealdade dessas. Só que, até hoje, o Gottfrio vem tentando que a gente assine”.

A ameaça de Gottfrio não foi a primeira feita aos invasores. Em novembro, uma semana após começarem a ocupar o mangue, o delegado de Aribiri impediu a continuidade da construção de barracos. Inexplicavelmente, 10 dias depois, afirmou que não mais iria se envolver na questão.

Um mês mais tarde, representantes da Marinha estiveram no local e aplicaram, indiscriminadamente, multas que variaram entre Cr\$ 7 mil e Cr\$ 10 mil. A seguir, foi a vez da Prefeitura de Vila Velha, que exigiu o pagamento, no prazo de 48 horas — em ofício assinado.

Joaquim Nunes

sem menção do seu cargo, por Gilberto Gomes Lima —, de uma multa entre Cr\$ 2,3 mil e Cr\$ 4,5 mil.

Segunda-feira última, Júlio Freitas Xavier, apresentando-se como oficial de Justiça, leu uma ordem de despejo às 200 famílias. Caso não fosse cumprida até às 7h30 de ontem, policiais compareceriam ao local para a derrubada dos barracos. Como a ordem não foi mostrada — apenas lida — os moradores não acreditaram, e hoje fizeram vigília à espera — para impedir a derrubada — dos policiais.

Júlio Freitas Xavier — o oficial de Justiça — compareceu ao mangue, às oito horas. Subiu o morro próximo ao mangue, de propriedade da família Vereza; prometeu trazer reforço policial, mas não voltou ao local.

Também ontem, uma comissão de membros da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), esteve em Aribiri, observando a faixa ocupada. Às famílias, garantiu que não estão no terreno pertencente à CVRD, e que, por isso, nenhuma medida repressiva seria tomada por parte desta empresa.

Sentada em uma cadeira de rodas, Maria Luzia Alves da Silva, cumpria ontem uma tarefa que se estende há três meses: assegurar seu lugar no mangue. Ela reside em Santa Rita, onde paga Cr\$ 3,5 mil de aluguel. Todos os dias, vai a pé para o final de Aribiri, onde fica encarregada de cuidar dos cinco filhos de sua irmã, que começou, ontem, a trabalhar como empregada doméstica.

Sua mãe trabalha como lavadeira, tentando aumentar a renda da família, que não conta com mais ninguém. Almoço, ela não traz de casa: “Fica muito difícil trazer as panelas, pois minha mãe tem de vir empurrando a cadeira de rodas, e eu segurando os meninos menores”. Sem almoço, alimenta-se com o que os “vizinhos” lhe dão: “Às vezes, não como nada, mas para os meninos sempre tem alguma coisa”.



Maria Luzia da Silva